



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

506

*top.*

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA  
APELAÇÃO Nº 0000082-16.2008.8.17.0450 (0336036-9)**

**EMBARGANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**EMBARGADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** Des. ANDRÉ GUIMARÃES

**EMENTA:** DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO IMPRESCINDÍVEL AO TRATAMENTO DE SAÚDE DA SUBSTITUÍDA, PORTADORA DE CISTINOSE NEFROPÁTICA. ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. PREQUESTIONAMENTO. À VISTA DA JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ, É PRESCINDÍVEL O PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO QUANTO AOS DISPOSITIVOS DITOS VIOLADOS, BASTANDO QUE O CERNE DA MATÉRIA SEJA DISCUTIDO. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de Setembro de 2014.

Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

507

*[Assinatura]*

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA  
APELAÇÃO Nº 0000082-16.2008.8.17.0450 (0336036-9)**

**EMBARGANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**EMBARGADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** Des. ANDRÉ GUIMARÃES

**RELATÓRIO**

Trata-se de embargos de declaração opostos contra o acórdão que julgou o recurso de agravo (fls. 281), a ele negando provimento e mantendo a decisão terminativa que dera provimento parcial ao recurso de apelação interposto pelo Estado de Pernambuco, tão só para a multa diária fixada na sentença para o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), importe estipulado pelo juízo originário na decisão antecipatória da tutela (fls. 50), mantendo-se, no mais, a sentença atacada em todos os seus termos.

Em suas razões de fls. 497/500, sustenta o embargante que o acórdão foi omissivo no que diz respeito aos arts. 2º, 5º, *caput*, 37, *caput* e XXI e 196, *caput*, todos da Lei Maior.

Pleiteia-se dê provimento aos aclaratórios para colmatar a omissão indicada, objetivando, ainda, o recebimento do recurso como prequestionamento das violações aos dispositivos referidos, a bem de permitir a interposição de Recurso Especial perante o egrégio STJ.

É o relatório.

**VOTO**

Persegue o embargante o prequestionamento de dispositivos constitucionais que reputa terem sido violados quando da prolação do acórdão embargado.

Ocorre que a Colenda Corte Infraconstitucional já consolidou a posição de que é prescindível o prequestionamento explícito dos dispositivos ditos violados, bastando que a matéria tenha sido enfrentada. Confira-se:

*[Assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

508

*[Assinatura]*

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.

CARÁTER MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. ARTS. 618, INC. I, 739-A, § 3º, 586 e 730 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental dado o caráter manifestamente infringente da oposição, em observância ao princípio da fungibilidade recursal.

2. Na forma dos precedentes desta Corte Superior, é "(...) desnecessário o prequestionamento explícito de dispositivo legal, por só bastar que a matéria haja sido tratada no decisum" (AgRg no REsp 1.127.411/MG, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJe 23/3/2010).(nosso grifo)

3. Inaplicabilidade da Súmula 211/STJ à espécie, porquanto os arts. 618, inc. I, 739-A, § 3º, 586 e 730 do CPC, tidos por violados, foram prequestionados.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento.

(EDcl no REsp 1334142/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 02/12/2013)

ANTE O EXPOSTO, à míngua da presença de qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC, **rejeito os presentes aclaratórios.**

É como voto.

Recife, 26 de Setembro de 2014.

*[Assinatura]*

Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES  
Relator